RADAR FEMINISTA



NO CONGRESSO NACIONAL

16 a 20 de novembro de 2020

Em um país com quase 6 milhões de pessoas infectadas pelo coronavírus e mais de 166 mil mortes, temos o Presidente comemorando possível falha em uma das vacinas que estão sendo testadas. Se alguém nos contasse era difícil de acreditar. Na Câmara e Senado, ficou evidente a diminuição do ritmo com deputadas, deputados, senadores e senadoras envolvidos nas campanhas nos últimos dias antes do primeiro turno, realizado em 15 de novembro. Por isso, esse Radar tão enxuto.

Uma breve análise dos resultados eleitorais mostra Bolsonaro como o grande perdedor da disputa. Muitos candidatos indicados pelo presidente não se elegeram. Seu filho, Carlos Bolsonaro, foi bem votado no Rio de Janeiro, mas com menos votos que em 2016. Foi uma eleição em que PSOL se destacou como uma legenda diversa, emplacando vitórias expressivas de mulheres negras e trans, além de cravar o segundo turno para a prefeitura de São Paulo, com Guilherme Boulos e Luiza Erundina à frente. Mas a vitória mesmo, em números gerais, é do centrão. O MDB segue com o maior número de prefeituras, com PP maior do que antes. No geral, a esquerda formada por PT, PCdoB, PSB e PDT, perdeu prefeituras. O site Poder 360 fez uma análise dos resultados.

Dezenas de organizações da sociedade civil publicaram o documento <u>Garantir</u> <u>a liberdade das ONGs é defender o interesse nacional</u>, reagindo à notícia de que o governo Bolsonaro tem a intenção de monitorar todas as ONGs que atuam na Amazônia. Parlamentares apresentaram requerimentos solicitando informações e questionando a legalidade dessa proposta.

Seguem as repercussões sobre o caso do estupro da Mari Ferrer, com manifestações e artigos demonstrando o absurdo da audiência de julgamento e a absolvição do empresário catarinense. O tema do estupro está em pauta, e deve continuar em destaque até o 25 de novembro, dia Internacional de luta contra a violência às Mulheres.

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL
16 a 20 de novembro de 2020

Nesta terça-feira (17/11), um ato público intersetorial online reunirá representantes de várias áreas em torno de uma agenda comum: a instalação urgente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e a aprovação do Piso Emergencial para Serviços Essenciais e de outras propostas comprometidas com a garantia dos direitos sociais e com a proteção do meio ambiente.

A CMO é um órgão do Poder Legislativo instituído anualmente com a finalidade de debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). A presença de representantes de várias áreas no ato será fundamental para mostrar ao Congresso apelo popular pela urgência da instalação da Comissão.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Proposta tenta proibir o uso de células-tronco embrionárias



O <u>PL 5153/2020</u>, de autoria do senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), altera a Lei de Biossegurança para proibir o uso de células-tronco embrionárias para quaisquer fins. O argumento utilizado é mais uma vez o <u>"direito à vida desde a concepção"</u>, o mesmo utilizado para se colocar contra toda e qualquer forma de interrupção voluntária da gravidez. O senador Eduardo Girão é conhecido por suas propostas contra os direitos das mulheres no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Atualmente tramitam outros quatro projetos de lei propostos por ele que também restringem ou aumentam as penas no caso de aborto (<u>PL 556/2019</u>, <u>PL 848/2019</u>, <u>PL 3406/2019</u> e <u>PL 2633/2019</u>).

O que o ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos tem feito para enfrentar a violência contra as mulheres?

Léo Moraes (PODE/RO) elaborou a pergunta que todas nós estamos fazendo nos movimentos de mulheres: O que a ministra Damares está fazendo para combater os principais problemas enfrentados pelas mulheres no Brasil, tais como violência doméstica, assédio sexual, estupro, desigualdade social, entre outros? O RIC 1463/2020, de autoria do deputado, é um pedido de informações à ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, sobre ações da pasta.

Novas propostas são apresentadas em resposta ao caso Mari Ferrer

A deputada Flávia Morais (PDT/GO) quer vedar a exposição da vítima de estupro a constrangimentos durante o processo de julgamento. O PL 5144/2020, de sua autoria, propõe alterar o Código de Processo Penal e o Código Penal com essa finalidade.

Por que as mulheres perderam mais empregos formais na pandemia?

É a pergunta que o deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM) faz ao ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (<u>RIC</u> 1465/2020) e ao ministério da Economia RIC 1464/2020.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Que se discuta a paridade gênero e não mais cotas para candidaturas



As deputadas querem discutir a PEC de reserva de vagas por gênero nas Câmaras e Assembleias. Lideradas pela deputada Maria do Rosário (PT/RS), o conjunto de 12 deputadas, requer a inclusão na Ordem do Dia a Proposta de Emenda Constitucional nº 134, de 2015 (PEC 98/2015, na origem), que "acrescenta art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas 3 (três) legislaturas subsequentes".

No entanto, se a proposta apresentada em 2015 já era bastante tímida à época, imagina hoje em dia. Por ela, na primeira legislatura a reserva de vagas seria de 10% (dez por cento) das cadeiras, na segunda de 12% (doze por cento) e, na terceira, de 16% (dezesseis por cento. Além de ser escalonada num patamar baixíssimo, ainda seria válida somente por três legislaturas. Esperamos que o requerimento seja uma provocação para o debate, pois a esta altura o que precisa ser colocado efetivamente em discussão é a paridade por gênero.

Mais uma proposta para coibir a violência política contra as mulheres

O <u>PL 5136/2020</u>, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), cria mecanismos para coibir a violência e a discriminação política contra a mulheres. Conforme informamos no <u>Radar Feminista Especial Eleições 2020</u>: <u>Os desafios para a eleição de mais mulheres negras e feministas e as possíveis mudanças na legislação</u>, lançado pelo CFEMEA na semana passada, tramitam na Câmara três propostas nesse mesmo sentido: <u>PL 349/2015</u>, <u>PL 9699/2018</u> e <u>PL 4963/2020</u>.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Propostas tentam limitar a censura e o autoritarismo da Fundação Palmares



O <u>PDL 479/2020</u>, de autoria do deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE) e mais 4, susta os efeitos da Portaria n.º 189/2020, do Ministério do Turismo/Fundação Palmares, que estabelece as diretrizes para a seleção das personalidades notáveis negras, nacionais ou estrangeiras, a serem divulgadas no sítio eletrônico da Fundação Cultural Palmares. O deputado José Guimarães (PT/CE) apresentou o <u>PDL 478/2020</u> no mesmo sentido.

A Portaria representa mais um ataque ao movimento de negros e negras, pois por seu intermédio pretende-se a exclusão de nomes da lista de personalidades sob a justificativa de limitar as homenagens a pessoas já falecidas, além de concentrar nas mãos do presidente da Fundação a decisão final dos procedimentos referentes à lista.

Proposta inclui o enfrentamento ao racismo como parte do Código de Defesa do Consumidor

De autoria do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), o <u>PL 5160/2020</u> inclui no Código de Defesa do Consumidor, a Seção VI, da Responsabilidade Civil do Fornecedor de Produtos e Serviços por Práticas Racistas e Equiparadas. O Código tem ainda esta lacuna, não tratando do tema.

Por que o governo quer maior controle sobre as ONGs que atuam na Amazônia?

O deputado Alexandre Padilha (PT/SP) apresentou requerimento ao ministério do Meio Ambiente (RIC 1448/2020), ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (RIC 1455/2020) e a Casa Civil da Presidência da República (RIC 1456/2020) solicitando informações a respeito da elaboração de ato normativo para controlar ou limitar ação de ONGs na Amazônia.

VALE A PENA CONFERIR!



Nem Presa, Nem Morta

Boletim Futuro do Cuidado: <u>Justiça Reprodutiva em</u> <u>Tempos de Pandemia</u>



Portal Catarinas

A justiça em defesa das estruturas patriarcais: <u>análise jurídica do caso Mari</u> <u>Ferrer</u>



Cfemea

Eleições 2020: <u>Política</u> <u>Feminista Antirracista pra</u> Transformar o Poder.



HuffPostBrasil

Como o movimento de mulheres no Brasil contribuiu para construção do SUS



Plataforma Dhesca

Orçamento 2021: Ato Público
Cobra Instalação Da
Comissão Mista De
Orçamento E Defende Piso
Emergencial Para Serviços
Essenciais.



"Avaliação dos resultados do 1º turno das Eleições 2020"

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político realizará uma live para avaliar os resultados do primeiro turno das eleições, quinta 19/11 às 19h, no youtube.



Radar elaborado pela equipe do <u>Centro Feminista de Estudos e</u> <u>Assessoria – CFEMEA</u>, a partir das informações fornecidas pela <u>Contatos Assessoria Política</u> e dos sites da <u>Câmara</u> e do <u>Senado</u>.